

**A partir desta página relatamos a história do que
construímos...
e o caminho do que ainda vamos construir!**

O verdadeiro legado construído neste processo não está no número expressivo de participantes(**243 participantes**) nem nas propostas aprovadas; está sim, na capacidade de reunir diferentes pessoas, instituições e políticas públicas em torno de um propósito comum: **cuidar da vida**.

A diversidade de vozes presentes reafirmou que a **prevenção, o cuidado e a reinserção social** somente se fortalecem quando a **responsabilidade é compartilhada, o diálogo é permanente e a participação social ocupa o lugar que lhe é de direito**.

Desejamos que este Relatório preserve a memória de um encontro que mobilizou ideias, despertou compromissos e lançou as bases para uma política municipal cada vez mais humana, integrada e transformadora.

Que possamos transformar as propostas construídas coletivamente **em compromissos, ações e resultados, fortalecendo uma política pública cada vez mais humana, participativa e comprometida com a vida**.

Que este Relatório seja, portanto, mais do que o registro de uma Conferência.

Que seja um convite à continuidade, à corresponsabilidade e à construção coletiva de novos caminhos.

Bons, novos e inspiradores caminhos!

Boa leitura!



Rua Capitão Teixeira 39 – centro – Pará de Minas / MG

CEP: 35660-051

Fone: 37.3233.5939

saude@parademinas.mg.gov.br



RELATÓRIO FINAL

II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Pará de Minas – MG

“Responsabilidade compartilhada: desafios e possibilidades na prevenção e no cuidado ao uso de álcool e outras drogas”

Documento orientador para elaboração do Plano Municipal de Políticas sobre Drogas / 2026–2029

APRESENTAÇÃO

A II Conferência Municipal de Políticas sobre Drogas de Pará de Minas constituiu-se como um importante espaço democrático de diálogo, escuta qualificada e construção coletiva de propostas voltadas ao fortalecimento das políticas públicas relacionadas ao álcool e outras drogas.

Realizada sob o tema **“Responsabilidade compartilhada: desafios e possibilidades na prevenção e no cuidado ao uso de álcool e outras drogas”**, a Conferência reafirmou que o enfrentamento das questões relacionadas ao uso de substâncias psicoativas exige o compromisso compartilhado entre o poder público, as instituições, os trabalhadores, os usuários, as famílias e a sociedade civil.

Mais do que um evento, a Conferência representou um processo participativo, iniciado nas pré-conferências realizadas em diferentes territórios e espaços do município, possibilitando que diversos segmentos sociais apresentassem suas demandas, experiências e propostas. Esse processo fortaleceu o controle social, ampliou o diálogo intersetorial e favoreceu a construção coletiva de diretrizes para o aperfeiçoamento das políticas públicas municipais.

O presente relatório sistematiza as etapas da Conferência, registra sua metodologia de trabalho e apresenta as diretrizes e propostas debatidas, aperfeiçoadas e aprovadas na

Plenária Final. Constitui-se, assim, como documento orientador para a elaboração do **Plano Municipal de Políticas sobre Drogas de Pará de Minas – 2026–2029**.

Sua finalidade é subsidiar gestores, trabalhadores, conselhos de políticas públicas e toda a rede intersetorial na implementação de ações voltadas à prevenção, à promoção da saúde, ao cuidado integral, à redução de danos, à reabilitação psicossocial, à reinserção social, à garantia de direitos e ao fortalecimento da cidadania.

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Tema Central:

“Responsabilidade compartilhada: desafios e possibilidades na prevenção e no cuidado ao uso de álcool e outras drogas.”

Data: 02 de julho de 2026

Horário: 07h30 às 12h30

Local: Auditório da Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

Realização:

Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas – COMAD

Prefeitura Municipal de Pará de Minas

Secretaria Municipal de Saúde

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

A II Conferência Municipal de Políticas sobre Drogas foi convocada por meio da **Resolução nº 01/2026 do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas – COMAD** e do **Decreto Municipal nº 14.372/2026**, constituindo-se como importante instrumento de participação social na formulação, avaliação e fortalecimento das políticas públicas relacionadas ao uso de álcool e outras drogas.

Sua realização fundamentou-se na necessidade de ampliar o diálogo entre governo e sociedade civil, fortalecendo a atuação integrada entre os diversos setores responsáveis pela prevenção, promoção da saúde, cuidado, proteção social e garantia de direitos.

A Conferência teve como objetivo promover amplo debate sobre a realidade municipal, identificar prioridades, construir coletivamente propostas e definir diretrizes que subsidiarão a elaboração do **Plano Municipal de Políticas sobre Drogas para o período de 2026 a 2029**.

Além da construção de propostas, buscou fortalecer a articulação entre as políticas públicas, consolidando uma rede intersetorial comprometida com a prevenção, o cuidado integral, a redução de danos, a reabilitação psicossocial, a reinserção social e a promoção da cidadania.

3. PARTICIPANTES

A solenidade de abertura contou com ampla participação de representantes dos diversos segmentos envolvidos na construção das políticas públicas municipais, evidenciando o caráter democrático, participativo e intersetorial da II Conferência Municipal de Políticas sobre Drogas.

Participaram autoridades municipais, representantes da Câmara Municipal, da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas de Minas Gerais – SUPOD/MG, das forças de segurança pública, gestores municipais, conselheiros de diferentes Conselhos de Políticas Públicas, trabalhadores das áreas da saúde, assistência social, educação, esporte e cultura, representantes de instituições de ensino, organizações da sociedade civil, usuários dos serviços, alunos do Programa Jovem Aprendiz, familiares e comunidade em geral.

Ao todo, a Conferência reuniu **243 participantes**, refletindo o fortalecimento do controle social e o compromisso coletivo com a construção de políticas públicas cada vez mais integradas, humanizadas e resolutivas.

Um dos aspectos mais relevantes do evento foi a expressiva diversidade dos participantes, demonstrando que o enfrentamento das questões relacionadas ao uso de álcool e outras drogas ultrapassa os limites de uma única política pública e exige o envolvimento articulado de diferentes setores e da sociedade.

4. DINÂMICA DOS TRABALHOS

Após o credenciamento dos participantes, realizou-se a cerimônia oficial de abertura, seguida da aprovação do Regimento Interno da Conferência.

Na sequência, os participantes prestigiaram uma apresentação artística realizada por usuários da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, momento que simbolizou a importância

da inclusão social, do protagonismo dos usuários e da valorização das potencialidades das pessoas em acompanhamento pelos serviços de saúde mental.

A programação técnica teve início com a palestra **“Conhecendo a Atenção Psicossocial sob a perspectiva da Redução de Danos”**, ministrada por Alisson Soares, Coordenador do CAPS AD, Carla Gomes, Psicóloga da Rede de Atenção Psicossocial, e Raianne Couto, Coordenadora da RAPS. A apresentação proporcionou importantes reflexões acerca das diferentes formas de cuidado, do acolhimento humanizado e da organização da Rede de Atenção Psicossocial.

Em seguida, foi realizada a palestra magna com o tema central da Conferência, conduzida por Pauline de Moura Wallner Ávila Rocha, Diretora de Articulação e Projetos Estratégicos da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas de Minas Gerais – SUPOD/MG, que abordou os desafios contemporâneos das políticas públicas sobre drogas, destacando a importância da corresponsabilização entre Estado, sociedade e famílias na prevenção, no cuidado e na promoção da cidadania.

Após o intervalo, os participantes foram distribuídos em Grupos de Trabalho, organizados por eixos temáticos. As discussões tiveram como ponto de partida as propostas construídas durante as **14 pré-conferências**, realizadas previamente em diferentes setores e territórios do município.

Os grupos analisaram, aperfeiçoaram e deliberaram sobre as propostas, posteriormente apreciadas e aprovadas em Plenária Final, consolidando as diretrizes que subsidiarão a elaboração do Plano Municipal de Políticas sobre Drogas 2026–2029.

Os debates foram organizados em quatro eixos temáticos:

Eixo 1 – Fortalecimento da Rede Intersetorial;

Eixo 2 – Prevenção;

Eixo 3 – Reabilitação Psicossocial, Reinserção Social, Redução de Danos, Abstinência, Acolhimento e Tratamento;

Eixo 4 – Segurança Pública.

A metodologia adotada privilegiou a ampla participação dos diferentes segmentos presentes, favorecendo o diálogo, a construção de consensos e a formulação de propostas comprometidas com a realidade local e com os princípios da participação social e da intersetorialidade.

5. DESTAQUE – PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS APRENDIZES

Destaca-se a ampla mobilização promovida pelos profissionais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), bem como por representantes de outras secretarias municipais, instituições parceiras e entidades da sociedade civil, que abraçaram a proposta da II Conferência Municipal de Políticas sobre Drogas. Mais do que a elaboração de propostas, esse envolvimento representou um processo de reflexão coletiva, evidenciando o compromisso compartilhado na construção de estratégias voltadas à prevenção, ao cuidado e ao fortalecimento das políticas públicas sobre drogas.

Merece destaque especial a participação dos Jovens Aprendizes da Rede Cidadã, que estiveram presentes nas pré-conferências, estudaram previamente os eixos temáticos e contribuíram de forma efetiva e qualificada para os debates e atividades desenvolvidas durante a Conferência.

A atuação desses jovens demonstrou que, quando estimulada, orientada e valorizada, a juventude ocupa os espaços de participação social com responsabilidade, senso crítico e protagonismo, tornando-se agente transformador da realidade.

O envolvimento dos Jovens Aprendizes simboliza o fortalecimento da participação social, da formação cidadã e da corresponsabilidade na construção de políticas públicas mais humanas, inclusivas e comprometidas com o futuro do município.

6. AGRADECIMENTO INSTITUCIONAL

A realização da II Conferência Municipal de Políticas sobre Drogas somente foi possível graças ao comprometimento e à colaboração das instituições parceiras, dos palestrantes, dos coordenadores dos Grupos de Trabalho, dos profissionais das diversas políticas públicas, dos representantes da sociedade civil, dos órgãos de segurança pública, das instituições de ensino, dos usuários dos serviços, dos voluntários e de todos os participantes que acreditaram na construção coletiva deste importante espaço democrático.

Registra-se, de forma especial, o reconhecimento aos Conselheiros do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (COMAD) e aos profissionais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), cuja dedicação na organização e condução das pré-conferências foi fundamental para subsidiar os debates e possibilitar a construção de propostas consistentes e relevantes para o fortalecimento da política municipal sobre drogas

O Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (COMAD) e a Secretaria Municipal de Saúde expressam seu sincero agradecimento a todos que contribuíram para o sucesso da Conferência, reafirmando que a participação social, o diálogo, a articulação intersetorial e a corresponsabilidade constituem pilares fundamentais para o fortalecimento das políticas públicas e para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva, solidária e comprometida com a promoção da vida.

7. PROPOSTAS

As propostas apresentadas a seguir foram construídas de forma participativa durante as **14 (quatorze) pré-conferências** (*Comunidade Terapêutica Feminina SOVIDA, CT Masculina Divina Misericórdia, ABRACO, Centro de Convivência em Saúde Mental e Residência Terapêutica, Centro de Convivência de Idosos, Centro POP, CAPS I, CAPS II, APAE, Guarda Civil Municipal (2), LGBTQIA+, Jovem Aprendiz*) realizadas no município, posteriormente debatidas, aperfeiçoadas e aprovadas na Plenária Final da II Conferência Municipal de Políticas sobre Drogas.

Constituem, portanto, diretrizes prioritárias para subsidiar a elaboração do **Plano Municipal de Políticas sobre Drogas 2026–2029**.

EIXO 1 – FORTALECIMENTO DA REDE INTERSETORIAL

DIRETRIZ

Fortalecer a articulação intersetorial entre as políticas públicas de saúde, educação, assistência social, segurança pública, esporte, cultura, trabalho e sociedade civil, promovendo ações integradas de prevenção, proteção social, inclusão e cuidado às pessoas em situação de vulnerabilidade relacionada ao uso de álcool e outras drogas.

PROPOSTAS

01. Implementar escolas em tempo integral e ampliar programas de contraturno escolar para crianças e adolescentes, promovendo espaços de convivência, cultura, esporte, qualificação e geração de renda, reconhecendo a educação como estratégia fundamental de prevenção ao uso de álcool e outras drogas.

02. Fortalecer as políticas públicas de esporte e lazer por meio da manutenção e ampliação de quadras esportivas, implantação de novos espaços em regiões periféricas e

vulnerabilizadas, como pistas de skate e outros equipamentos, assegurando infraestrutura adequada, profissionais qualificados e desenvolvimento de projetos permanentes voltados, especialmente, para crianças e adolescentes.

03. Promover a utilização dos espaços públicos para o desenvolvimento de atividades esportivas, culturais, educativas e de convivência, em articulação entre as Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Esportes.

04. Capacitar os profissionais da educação para o desenvolvimento de ações preventivas relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, fortalecendo atividades educativas, rodas de conversa e estratégias de promoção da saúde no ambiente escolar.

05. Ampliar e descentralizar os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, priorizando os territórios de maior vulnerabilidade social, bem como fortalecer as ações da Assistência Social voltadas à proteção de crianças, adolescentes e suas famílias.

06. Ampliar a cobertura da rede socioassistencial, incluindo a expansão da estrutura do CRAS Santos Dumont, visando ampliar o acesso da população aos serviços ofertados.

07. Fortalecer a Rede de Cuidado às pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, com atenção especial aos adolescentes, promovendo a integração entre Saúde, Assistência Social, Educação, Segurança Pública e demais políticas públicas.

08. Fortalecer os fluxos de articulação entre os serviços da rede intersetorial, qualificando a comunicação, o acompanhamento dos casos e as ações integradas entre os diversos setores envolvidos.

EIXO 2 – PREVENÇÃO

DIRETRIZ

Desenvolver políticas permanentes de prevenção ao uso de álcool e outras drogas, fundamentadas na promoção da saúde, na educação, na participação comunitária e na integração entre os diversos setores públicos e privados.

PROPOSTAS

01. Implantar e efetivar um Programa Municipal Permanente de Prevenção ao Uso de Álcool e Outras Drogas, com ações contínuas e intersetoriais voltadas às diferentes faixas etárias, especialmente no ambiente escolar, contemplando atividades educativas, culturais,

esportivas e lúdicas, adequadas à realidade local e com participação ativa de famílias, educadores, lideranças comunitárias e profissionais da rede.

02. Desenvolver campanhas permanentes de conscientização e informação sobre os riscos e consequências do uso de álcool e outras drogas, utilizando diferentes meios de comunicação e linguagens acessíveis, abrangendo crianças, adolescentes, adultos e idosos, bem como temas relacionados ao uso excessivo de tecnologias, jogos eletrônicos e redes sociais.

03. Fortalecer a prevenção no ambiente escolar por meio da inclusão da temática do álcool e outras drogas nas ações pedagógicas, da ampliação das discussões sobre saúde mental, da participação das famílias e do desenvolvimento de projetos em parceria com instituições de ensino, incluindo a FAPAM e demais organizações educacionais.

04. Implantar programas permanentes de capacitação e educação continuada para profissionais da saúde, assistência social, educação, segurança pública, esporte, cultura e demais áreas envolvidas, abordando prevenção, identificação precoce de situações de risco, acolhimento, redução de danos, reabilitação psicossocial e encaminhamento adequado dos casos.

05. Fortalecer a articulação entre os equipamentos públicos, secretarias municipais, conselhos de políticas públicas, instituições de ensino, setor privado e organizações da sociedade civil, ampliando a integração das ações preventivas e a efetividade das políticas sobre álcool e outras drogas.

06. Realizar mapeamento intersetorial dos equipamentos, serviços, programas e recursos existentes nos territórios, identificando potencialidades, demandas e vazios assistenciais para subsidiar o planejamento das ações de prevenção.

07. Estruturar e consolidar iniciativas já existentes no município como programas permanentes de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas à prevenção, promoção da saúde e saúde mental, garantindo continuidade, monitoramento e avaliação de resultados.

08. Ampliar a divulgação dos programas, projetos e serviços já existentes no município, fortalecendo parcerias entre o poder público, instituições privadas e sociedade civil para ampliar o alcance das ações preventivas.

09. Garantir o funcionamento efetivo do Fundo Municipal de Políticas sobre Drogas, assegurando financiamento para projetos, campanhas, ações de educação permanente, capacitações e demais iniciativas relacionadas à prevenção.

10. Promover a ocupação qualificada dos espaços públicos por meio de atividades esportivas, culturais, recreativas e comunitárias, incluindo a criação, manutenção e ampliação de praças, quadras esportivas e equipamentos de lazer, especialmente em territórios de maior vulnerabilidade social.

11. Ampliar o acesso da população aos direitos sociais e às oportunidades de inclusão produtiva, por meio do fortalecimento de programas de aprendizagem, qualificação profissional, geração de emprego e renda, realização de feirões de emprego e incentivo à instalação de empresas em territórios vulneráveis.

12. Desenvolver estratégias para o enfrentamento do estigma territorial e das barreiras sociais que dificultam o acesso da população vulnerável ao mercado de trabalho, à educação e às oportunidades de desenvolvimento social.

13. Propor a adesão e o fortalecimento de programas e políticas públicas voltados à prevenção da violência, promoção da cidadania e proteção social, incluindo iniciativas estaduais e federais compatíveis com a realidade do município.

14. Intensificar a fiscalização da venda, fornecimento e consumo de bebidas alcoólicas por menores de 18 anos, especialmente em bares, eventos, casas de shows e estabelecimentos congêneres, em articulação com os órgãos de segurança pública e fiscalização municipal.

15. Fortalecer a rede de apoio e proteção destinada a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade ou já expostos ao uso de álcool e outras drogas, ampliando as estratégias de acolhimento, acompanhamento e inclusão social.

16. Criar mecanismos seguros para recebimento de denúncias relacionadas ao uso e ao comércio de drogas nas proximidades de ambientes escolares e demais espaços frequentados por crianças e adolescentes, assegurando encaminhamento adequado aos órgãos competentes.

17. Ampliar os debates sobre políticas de álcool e outras drogas nos Conselhos Municipais e demais espaços de participação social, fortalecendo a construção coletiva, intersetorial e democrática das ações desenvolvidas no município.

EIXO 3 – REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL, REINSERÇÃO SOCIAL, REDUÇÃO DE DANOS, ABSTINÊNCIA, ACOLHIMENTO E TRATAMENTO

DIRETRIZ

Garantir atenção integral às pessoas com necessidades relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, fortalecendo a Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, ampliando o acesso ao cuidado, à redução de danos, à reabilitação psicossocial, à reinserção social e ao exercício da cidadania.

PROPOSTAS

01. Fortalecer a política de Redução de Danos no município, implantando ações territoriais e itinerantes, com abordagem humanizada, orientação nos locais de uso, ampliação do acesso aos serviços e desenvolvimento de projetos que respeitem as necessidades individuais dos usuários, sem condicionar o cuidado à abstinência.

02. Implantar programa permanente de educação continuada para os profissionais da Rede de Atenção Psicossocial, Atenção Primária, Assistência Social, Educação e Segurança Pública, com ênfase na Redução de Danos, cuidado humanizado, manejo clínico, legislação sobre drogas e abordagem intersetorial, priorizando a participação dos Agentes Comunitários de Saúde.

03. Desenvolver campanhas permanentes de conscientização e educação em saúde sobre álcool e outras drogas, utilizando linguagem acessível e promovendo ações em escolas, eventos comunitários e demais espaços públicos, com foco na redução do estigma e na promoção dos direitos das pessoas em sofrimento psíquico.

04. Fortalecer o cuidado às famílias por meio da criação e ampliação de grupos de apoio, orientação psicossocial, acompanhamento psicológico e ações voltadas ao fortalecimento dos vínculos familiares, reconhecendo seu papel fundamental no processo de cuidado e recuperação.

05. Ampliar o acesso aos serviços de saúde, garantindo redução do tempo de espera para consultas e exames, transporte aos usuários urbanos e da zona rural, estratégias de permanência no tratamento e acolhimento adequado às pessoas em situação de vulnerabilidade.

06. Ampliar e qualificar a Rede de Atenção Psicossocial mediante a implantação do CAPS AD III, construção das sedes próprias do CAPS II e CAPS I, ampliação dos leitos de saúde

mental, fortalecimento das equipes multiprofissionais, inclusão do Acompanhante Terapêutico – AT e adequação da estrutura física dos serviços, conforme a demanda e a legislação vigente.

7. Implantar Unidade de Acolhimento (UA) destinada ao acolhimento temporário de pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente do uso de álcool e outras drogas, assegurando moradia provisória, alimentação, acompanhamento psicossocial e articulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e a rede intersetorial.

8. Inclusão do profissional Redutor de Danos na equipe do CAPS AD, visando ampliar o acesso ao serviço, fortalecer as estratégias de cuidado em liberdade, promover ações de redução de riscos e danos e qualificar o acompanhamento de pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas.

9. Garantir assistência farmacêutica adequada, ampliando a oferta de medicamentos para o tratamento dos transtornos mentais, manejo das crises e acompanhamento dos usuários, conforme os protocolos e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

10. Realizar ações descentralizadas pelo Centro de Convivência e Cultura (CECO) promovendo inclusão social, fortalecimento de vínculos, participação comunitária, acesso à cultura, ao esporte, ao lazer e à geração de oportunidades para pessoas em sofrimento mental e demais usuários da RAPS.

11. Expandir as ações da Academia da Saúde e desenvolver projetos de convivência ativa, práticas corporais, atividades físicas, culturais e recreativas, promovendo qualidade de vida, inclusão social e fortalecimento da saúde mental da população.

12. Promover a reinserção social por meio da qualificação profissional, economia solidária, trabalho assistido, geração de renda e parcerias com empresas locais, incentivando políticas de empregabilidade, inclusive por meio da criação do selo **“Empresa Amiga da Recuperação”**.

13. Incentivar a organização e a participação social dos usuários, apoiando a criação de associações, cooperativas e demais iniciativas de protagonismo, geração de renda e fortalecimento da autonomia.

14. Fortalecer a articulação intersetorial entre Saúde, Assistência Social, Educação, Trabalho, Cultura, Esporte, Justiça e Segurança Pública, promovendo fluxos integrados de cuidado e ampliando a participação dos usuários na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas sobre drogas.

15. Criar Fórum Intersectorial Permanente sobre Políticas sobre Drogas, articulado aos Conselhos Municipais, destinado ao acompanhamento, avaliação e aprimoramento contínuo das ações desenvolvidas no município.

16. Elaborar materiais educativos e ampliar a divulgação dos serviços, programas, projetos e atividades disponíveis no município nas áreas de esporte, cultura, lazer, saúde e assistência social, facilitando o acesso da população às oportunidades existentes.

17. Fortalecer os Serviços de Convivência e as estratégias comunitárias de prevenção e reinserção social, por meio de equipes itinerantes, grupos comunitários, atividades coletivas e ações integradas nos territórios.

18. Garantir financiamento permanente para a qualificação da Rede de Atenção Psicossocial, assegurando recursos destinados à educação permanente, ampliação dos serviços e fortalecimento das políticas públicas de saúde mental, álcool e outras drogas.

EIXO 4 – SEGURANÇA PÚBLICA

DIRETRIZ

Fortalecer as ações de segurança pública de forma integrada às demais políticas públicas, promovendo prevenção, proteção social, garantia de direitos e enfrentamento qualificado às situações relacionadas ao uso e ao tráfico de drogas.

PROPOSTAS

01. Fortalecer a atuação integrada entre Segurança Pública, Saúde, Assistência Social, Educação, Sistema de Justiça e demais políticas públicas, consolidando fluxos de comunicação, encaminhamento e acompanhamento das pessoas em situação de vulnerabilidade relacionada ao uso de álcool e outras drogas.

02. Intensificar as ações integradas de prevenção e enfrentamento ao tráfico de drogas, priorizando estratégias de prevenção, proteção social e fortalecimento da atuação comunitária nos territórios.

03. Garantir melhores condições de trabalho, valorização profissional, qualificação permanente e investimentos em infraestrutura para as equipes de Segurança Pública, ampliando sua capacidade de atuação e resposta.

04. Fortalecer a fiscalização do cumprimento da legislação relacionada à venda e ao fornecimento de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, especialmente em bares,

eventos, casas de shows e estabelecimentos similares, com intensificação das ações no período noturno.

05. Desenvolver campanhas permanentes de conscientização sobre os riscos do uso de álcool e outras drogas, incluindo ações educativas voltadas à segurança no trânsito, ao consumo responsável e à proteção de crianças e adolescentes.

06. Aperfeiçoar a articulação entre o Sistema de Justiça, a Penitenciária Pio Canedo e os municípios de origem dos egressos do sistema prisional, buscando maior efetividade no acompanhamento das medidas judiciais e na reinserção social.

07. Fortalecer as ações voltadas à população em situação de rua, ampliando a articulação entre os serviços públicos, garantindo acesso ao transporte quando necessário, ampliando o atendimento em horários noturnos, finais de semana e feriados, além de promover campanhas educativas incentivando a utilização dos serviços ofertados pelo Centro POP.

08. Avaliar a implementação de instrumentos legais voltados ao enfrentamento das situações relacionadas ao uso de drogas em espaços públicos e à proteção de crianças e adolescentes, observando os princípios legais, os direitos humanos e as estratégias educativas e preventivas.

09. Avaliar a retomada da atuação dos Comissários da Infância e da Juventude, em articulação com o Poder Judiciário, fortalecendo a proteção integral de crianças e adolescentes.

10. Implantar bases ou estratégias permanentes de Segurança Pública em territórios com maior vulnerabilidade social e incidência de violência, ampliando a presença preventiva e a aproximação com a comunidade.

11. Fortalecer a integração operacional entre o SAMU e os órgãos de Segurança Pública, especialmente nas áreas rurais e de difícil acesso, qualificando os fluxos de atendimento às urgências e reduzindo o tempo de resposta às ocorrências.

8. ENCAMINHAMENTOS

O presente Relatório Final será submetido à apreciação da Plenária do **Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas – COMAD**, para deliberação e aprovação, constituindo-se como documento orientador para a elaboração do **Plano Municipal de Políticas sobre Drogas 2026–2029**.

Após sua apreciação, o documento deverá ser encaminhado às Secretarias Municipais e aos demais órgãos e instituições competentes, para ciência, planejamento e desenvolvimento de ações articuladas, observadas as respectivas atribuições institucionais e a disponibilidade orçamentária e financeira.

As propostas aprovadas deverão subsidiar a definição de prioridades, metas e ações do Plano Municipal de Políticas sobre Drogas, fortalecendo o planejamento intersetorial, o monitoramento das ações e a avaliação dos resultados alcançados.

9. ENCERRAMENTO

A II Conferência Municipal de Políticas sobre Drogas reafirmou o compromisso do Município de Pará de Minas com a construção de políticas públicas pautadas na participação social, na intersectorialidade, na promoção da saúde, na garantia de direitos e no cuidado integral às pessoas.

As propostas aprovadas refletem as demandas apresentadas pela população e pelos diversos setores envolvidos, constituindo importante instrumento para orientar a elaboração e a implementação do **Plano Municipal de Políticas sobre Drogas 2026–2029** e fortalecer uma rede de cuidado mais humana, integrada, resolutiva e comprometida com a prevenção, a inclusão social e a cidadania.

A II Conferência Municipal de Políticas sobre Drogas de Pará de Minas não encerra um ciclo. Ao contrário, inaugura um novo tempo. Um tempo em que a **responsabilidade compartilhada** deixa de ser apenas o tema de uma Conferência para tornar-se compromisso permanente de gestores, trabalhadores, instituições e sociedade na construção de uma política pública cada vez mais humana, integrada e transformadora.

**“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a
fazer o Caminho caminhando.”**

Paulo Freire

Pará de Minas, 02 de julho de 2026.

**Relatório APROVADO pela Plenária do Conselho Municipal de Políticas
sobre Drogas – COMAD/Pará de Minas
em 05 de agosto de 2026.**